



ESAF
Escola de Administração Fazendária

Missão: Desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania.

DNIT Departamento
Nacional de
Infraestrutura
de Transportes

Edital ESAF n. 66, de 05/11/2012

Cargo:

Analista Administrativo

Área de Especialização:

Contábil

Prova 2

Instruções

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.

Nome: _____ N. de Inscrição: _____

2. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, **não** o rasure nem o amasse.
3. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra **legível**, para posterior exame grafológico:
“O prazer no trabalho aperfeiçoa a obra.”
4. **DURAÇÃO DAS PROVA: 3 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
5. Na prova há **50 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e**.
6. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta) fabricada em material transparente, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
9. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
10. Por motivo de segurança, somente durante os 30 (trinta) minutos que antecederem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 9.7, do edital regulador do concurso.
11. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 1 (uma) hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso público.
12. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1 - Assinale a opção falsa a respeito da caracterização das entidades do setor público para efeitos da aplicação de regras contábeis.

- a) Pessoas físicas se equiparam a entidades públicas quando recebem subvenção de órgão público para efeitos contábeis.
- b) Entidades que possuem personalidade jurídica de direito privado podem ser consideradas do setor público.
- c) As organizações não governamentais quando recebem recursos públicos são obrigadas a se submeterem integralmente às regras contábeis aplicadas ao setor público.
- d) Uma condição fundamental a ser considerada no momento da aplicação das regras de contabilidade é se o ente aplica e/ou gerencia recurso público.
- e) As entidades que recebem recursos do setor público na forma de contraprestação de serviços não estão submetidas às regras desse setor para efeitos contábeis.

2 - Assinale a opção cujo conteúdo não indica um dos objetivos da contabilidade aplicada ao setor público:

- a) refletir o ciclo da administração pública.
- b) fornecer informações para a instrumentalização do controle social.
- c) demonstrar os resultados alcançados pela entidade do setor público.
- d) apresentar os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade pública.
- e) evidenciar as mutações do patrimônio.

3 - A respeito da agregação, soma e divisão do patrimônio das entidades do setor público, é correto afirmar, exceto:

- a) a soma, divisão ou agregação do patrimônio de uma ou mais unidades do setor público resultará em novas unidades contábeis.
- b) a necessidade de controle e prestação de contas é um dos fatores que podem levar à soma, divisão ou agregação do patrimônio.
- c) exigências legais ou necessidades gerenciais podem levar à agregação ou soma do patrimônio da entidade pública.
- d) a evidenciação de resultados de unidades contábeis descentralizadas pode ensejar a sua agregação ou soma.
- e) a divisão do patrimônio somente ocorre nos casos previstos em lei ou quando a entidade é extinta ou incorporada a outra.

4 - A respeito das unidades contábeis e do patrimônio do setor público, é correto afirmar:

- a) unidades descentralizadas representam parcela do patrimônio de unidade contábil originalmente consolidada.
- b) as unidades originárias representam o patrimônio das entidades do setor público na condição de pessoas jurídicas.
- c) unidades unificadas representam o patrimônio de unidades resultantes da fusão de duas ou mais entidades.
- d) a consolidação é resultado da soma do patrimônio de duas entidades descentralizadas.
- e) A unificação e a consolidação têm como origem entidades que são pessoas jurídicas.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

- 5 - A respeito das disposições da Lei n. 4.320/1964 sobre a contabilidade aplicada ao setor público, é correto afirmar, exceto:
- a) a tomada de contas dos agentes responsáveis por bens e dinheiros públicos será realizada pelos serviços de contabilidade, ressalvadas as competências dos tribunais de contas.
 - b) é função precípua da contabilidade evidenciar perante a fazenda pública a situação dos responsáveis pela arrecadação de receitas e guarda de bens públicos.
 - c) a utilização do método das partidas dobradas para escrituração sintética das operações financeiras e patrimoniais é uma exigência legal.
 - d) o controle contábil de contratos deve ser realizado de forma seletiva, levando-se em conta a materialidade dos recursos envolvidos.
 - e) os custos dos serviços industriais e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros devem ser levados em conta na organização da contabilidade do setor público.
- 6 - Segundo disposições da Lei n. 4.320/1964, a contabilidade orçamentária e financeira deverá observar nos seus registros as seguintes regras, exceto:
- a) fazer o controle contábil das operações que resultem créditos e débitos de natureza financeira mesmo que não transitem pelo orçamento.
 - b) registrar a despesa e a receita de acordo com as especificações da lei orçamentária anual.
 - c) evidenciar as dotações disponíveis.
 - d) demonstrar os valores empenhados, pagos e os saldos a pagar, por credor.
 - e) na inscrição dos restos a pagar especificar por exercício e por credor.
- 7 - Visando ao correto registro e controle do patrimônio das entidades públicas, a Lei n. 4.320/1964 determina que o registro dos bens de caráter permanente deve:
- a) abranger somente aqueles de valores relevantes cuja duração extrapole o exercício financeiro.
 - b) ser analítico e detalhado o suficiente para identificar o responsável pelo seu uso.
 - c) proporcionar a identificação do responsável pelo uso, bem como os bens de uso nas atividades fins das entidades.
 - d) ser sintético e limitando-se a evidenciar os valores globais por categoria de bens.
 - e) ser analítico, abranger todos os bens, caracterizar cada um deles e ainda indicar o agente responsável pela sua guarda e administração.
- 8 - Assinale a opção que indica o procedimento a ser adotado pelo órgão de contabilidade quando detectar a prática de ilegalidade nos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial das unidades administrativas.
- a) Deve encaminhar à autoridade a quem o responsável esteja subordinado os elementos necessários para os procedimentos disciplinares cabíveis.
 - b) Representar ao órgão de controle interno para que este proceda ao exame da questão.
 - c) Encaminhar ao dirigente máximo do órgão os elementos necessários para abertura do competente processo administrativo disciplinar.
 - d) Autuar, ele próprio, o procedimento disciplinar e encaminhá-lo ao superior hierárquico do responsável pelo ato praticado.
 - e) Tomar as contas do responsável e comunicar ao órgão de controle interno.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

- 9 - Tendo em vista o que dispõe a Lei n. 4.320/1964 a respeito da contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial e a existência do princípio contábil da competência de que trata a Resolução CFC n. 1.282/2010, assinale a opção verdadeira sobre a aplicação desse princípio no setor público.
- Não se viabiliza a aplicação do princípio na realização e contabilização da receita pública em razão da vinculação legal a que está sujeita a contabilidade do setor público.
 - Existe compatibilidade na aplicação do princípio em razão da necessidade de se evidenciar o impacto dos fatos modificativos no patrimônio, conforme determina o art. 104 da Lei n. 4.320/1964.
 - A Lei n. 4.320/1964 excepciona a aplicação do princípio contábil da competência naqueles casos em que a receita e a despesa orçamentária é plenamente reconhecida.
 - A aplicação de princípios de contabilidade no setor público é limitada porque as regras contábeis são definidas em lei e regulamentos.
 - A sua aplicação restringe-se à contabilidade orçamentária em razão da necessidade de se contabilizar como despesa do exercício os restos a pagar.
- 10- A respeito da aplicação do princípio de contabilidade da entidade no setor público, é correto afirmar:
- a autonomia patrimonial no ente público é limitada em razão da obrigatoriedade da destinação social desse patrimônio.
 - o princípio tem aplicação limitada porque nem todas as entidades públicas são pessoas jurídicas.
 - embora exista a necessidade de responsabilização pela gestão do patrimônio público, não é possível caracterizar as entidades pelo conceito contábil.
 - o princípio aplica-se de forma limitada uma vez que a destinação e autonomia do patrimônio dependem das definições das políticas públicas.
 - o princípio firma-se pela autonomia e responsabilização do patrimônio pertencente ao ente público e a necessidade de responsabilização pela gestão.
- 11- A respeito da classificação e contabilização das receitas orçamentárias de capital nos entes públicos, é correto afirmar:
- os ingressos recebidos como transferências de outros entes de direito público são classificados como receitas de capital e pressupõem a contraprestação direta ao ente transferidor.
 - os ingressos oriundos da alienação de bens móveis e imóveis pertencentes aos entes públicos são classificados e contabilizados como receita de capital, não sendo permitida a sua aplicação em despesas correntes.
 - o recebimento de recursos oriundos da amortização de empréstimos concedidos tem seu principal classificado como receita de capital, enquanto os juros relacionados são classificados como receita corrente.
 - as operações de créditos, tanto internas quanto externas, proporcionam a entrada de recursos no caixa do ente público, sendo que somente as da dívida mobiliária são classificadas e contabilizadas como receitas de capital.
 - os ingressos decorrentes da atuação do Estado na atividade industrial são, por força de lei, classificados como despesas de capital.
- 12- Tendo como fundamento o princípio contábil da oportunidade e as regras estabelecidas na Lei n. 4.320/1964, assinale a opção que indica operações cujo registro implica na contabilização de uma receita não efetiva e uma despesa efetiva, respectivamente:
- recebimentos de créditos tributários inscritos em dívida ativa e baixa de bem doado a terceiros.
 - recebimento de juros de aplicações financeiras de curto prazo e aquisição de material de consumo para estoque em almoxarifado.
 - incorporação de bens móveis ao patrimônio do ente recebidos por doação e resgate de títulos da dívida mobiliária externa.
 - ingresso de recursos de operações de crédito e aquisição de imóvel já construído.
 - reavaliação de bem imóvel e pagamento de empréstimo bancário.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

13- A respeito dos créditos relacionados à dívida ativa de que tratam a Lei n. 4.320/1964, bem como seu reflexo no patrimônio do ente público, é correto afirmar, exceto:

- a) créditos que não de origem tributária podem ser inscritos em dívida ativa.
- b) os créditos não recebidos no exercício e inscritos em dívida ativa são reconhecidos como receita orçamentária somente no exercício do recebimento.
- c) quando o crédito a ser inscrito em dívida ativa estiver em moeda estrangeira, deverá ocorrer a conversão para moeda nacional na data da inscrição.
- d) os juros, as multas de mora e as atualizações incidentes sobre os créditos também constituem receitas da dívida ativa.
- e) no âmbito da União, a apuração e inscrição da dívida ativa devem ser realizadas pelos órgãos da administração detentores dos créditos.

14- A respeito do tratamento orçamentário e contábil da devolução de receitas arrecadadas a maior ou indevidamente, é correto afirmar, exceto:

- a) do ponto de vista orçamentário, a restituição implica em anulação de receita no exercício da devolução.
- b) no âmbito federal, a devolução deve obedecer aos limites de saques estabelecidos na programação financeira.
- c) a devolução de receitas pressupõe o reconhecimento prévio do crédito que deve ser realizado por autoridade competente.
- d) caso não exista receita a anular, a devolução não poderá ser realizada no exercício, preservando-se o direito do credor nos exercícios subsequentes.
- e) na União a restituição deve ser realizada pela autoridade incumbida de promover a cobrança originária.

15- Tendo em vista o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF sobre renúncia de receitas e as regras para a contabilização da receita pública, constantes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, é correto afirmar:

- a) havendo aumento de alíquota de tributos para compensar a renúncia de receitas, não é necessário que a contabilidade faça a evidenciação dessa renúncia.
- b) embora a LRF permita que a estimativa da receita seja feita já considerando a renúncia, para efeitos de evidenciação e transparência, o montante dessa renúncia deve ser contabilizado no momento da estimativa ou do registro da arrecadação.
- c) as renúncias mediante o cancelamento de créditos de montantes inferiores ao custo de cobrança e as decorrentes de remissão, não necessitam ser registradas e evidenciadas pela contabilidade.
- d) as renúncias de receitas concedidas nos termos do que dispõe a LRF somente são objeto da contabilidade aplicada ao setor público, caso impliquem no comprometimento das metas fiscais do ente.
- e) tendo em vista que as renúncias de receitas não transitam pelo caixa do ente nem afetam o patrimônio, seu registro pela contabilidade é desnecessário.

16- Assinale a opção em que a saída de recursos do caixa do ente não se constitui em um dispêndio extraorçamentário.

- a) Pagamento de restos a pagar não processados.
- b) Devolução de depósitos dados em garantia.
- c) Resgate da dívida mobiliária antes do vencimento dos títulos.
- d) Pagamento de fornecedores do exercício anterior.
- e) Resgate de operações de crédito por antecipação de receita.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

17- Assinale a opção em que a operação caracteriza-se por ser uma despesa orçamentária de capital e constituiu-se em uma despesa efetiva para o ente público.

- a) Aquisição de veículo para posterior doação.
- b) Pagamento de juros da dívida contratual.
- c) Baixa de bem móvel por ter se tornado inservível.
- d) Aquisição de terreno para a construção de imóvel.
- e) Transferências de capital.

18- Assinale a opção que indica uma afirmação verdadeira a respeito da classificação funcional da despesa pública nos termos da regulamentação atual.

- a) As funções e subfunções demonstram em que área de atuação governamental a despesa foi realizada, constituem-se de um rol fixo e têm sua aplicação obrigatória nas três esferas de governo.
- b) As funções indicam a área de atuação da ação governamental, enquanto a subfunção identifica as ações realizadas por cada Poder ou entidade.
- c) As funções e subfunções são agregadores da ação governamental e indicam o montante dos recursos aplicados pelos vários entes na mesma esfera de governo.
- d) No âmbito do governo federal, as funções constituem-se de um rol fixo, enquanto as subfunções têm seu número variável dependendo do Poder a que se referem.
- e) A classificação funcional da despesa na União indica as prioridades da ação governamental, enquanto as subfunções detalham cada uma das prioridades.

19- Ao introduzir a classificação por estrutura programática na formulação do orçamento e na realização da despesa, o poder público indica para a sociedade:

- a) quais as ações são estratégicas, o volume de recursos a serem aplicados, as áreas de atuação da ação governamental e as prioridades da administração para o exercício.
- b) as prioridades do governo na formulação das políticas públicas, bem como os recursos a serem aplicados no seu desenvolvimento.
- c) os objetivos específicos de órgão, a área de atuação dos seus componentes e os montantes de recursos para o desenvolvimento das políticas públicas a eles atribuídas.
- d) os objetivos estratégicos e as operações a serem realizadas para o seu atingimento, bem como o volume de recursos a serem aplicados para a consecução desses objetivos.
- e) o montante de recursos a serem aplicados por cada ente da administração para a execução das políticas públicas definidas na Lei Orçamentária Anual.

20- Assinale a opção em que as transações realizadas pelo ente público provocam, respectivamente, variação patrimonial qualitativa e quantitativa do patrimônio, decorrentes da execução orçamentária.

- a) Permuta de bens entre unidades gestoras e baixa de material considerado inservível.
- b) Venda de equipamentos de uso permanente e pagamento de despesa com pessoal.
- c) Pagamento de prestador de serviços e recebimento de bens por doação.
- d) Transferência de recursos mediante convênios e aquisição de material de consumo para estoque no almoxarifado.
- e) Requisição de material de consumo no almoxarifado e emissão de nota de empenho.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

21- A respeito dos documentos atualmente utilizados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi para proporcionar o registro das transações, é correto afirmar, exceto:

- a) as contribuições relacionadas à previdência social das unidades integrantes do Siafi são realizadas mediante o uso da GPS eletrônica.
- b) a Nota de Lançamento de Sistema tem como objetivo registrar eventos contábeis de forma automática.
- c) a Guia de Recolhimento da União – GRU é um documento hábil para o recolhimento de receitas à Conta Única do Tesouro Nacional.
- d) o documento Nota de Dotação é utilizado, entre outras funções, para o registro da dotação inicial, detalhamento dos créditos por fonte e plano interno.
- e) a Ordem Bancária é o único documento hábil para a realização de pagamentos por intermédio do Siafi.

22- Tendo em vista ser o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi um sistema de *caráter transacional*, assinale a opção falsa a respeito dos mecanismos de segurança proporcionados por tal sistema no registro das transações.

- a) Identificação de usuários por meio de CPF e senha previamente cadastrados.
- b) Identificação e autenticação de usuários por meio de certificado digital com a utilização de *token*.
- c) Não permissão de alteração ou exclusão de documentos após a sua contabilização.
- d) Registro obrigatório de conformidades contábil e de gestão por usuários previamente cadastrados e habilitados para esse fim.
- e) Controle de navegação e acesso aos dados feito por sistema mediante registro e *log* de usuários.

23- Sendo o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi o principal instrumento utilizado no governo federal para proporcionar a execução orçamentária, financeira, patrimonial, bem como a realização da contabilização dessas operações, assinale a opção cuja afirmação não é um dos objetivos desse sistema.

- a) Permitir o registro contábil dos balancetes dos Estados, municípios e de suas entidades supervisionadas.
- b) Fornecer mecanismos para o controle da dívida interna e externa, bem como da dívida negociada.
- c) Padronizar métodos e rotinas de trabalho para a gestão dos recursos públicos mediante o estabelecimento de mecanismos rígidos de controle.
- d) Proporcionar meios para a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional com vistas a otimização do uso dos recursos.
- e) Proporcionar mecanismos necessários ao controle diário da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

24- A respeito da estrutura e uso do subsistema *Contas a Pagar e a Receber – CPR* do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, é correto afirmar:

- a) a entrada de documentos pode ser realizada de forma *on line* e *batch* e ainda de forma automática, como é o caso das Notas de Empenho e Notas de Programação Financeira.
- b) os documentos *hábeis* são aqueles que resultaram de compromissos de pagamento, de recebimento e de realização.
- c) o documento de *referência* é um documento *hábil* cujos dados servirão para outro documento de *origem*.
- d) o uso do subsistema é obrigatório para todos os órgãos integrantes do sistema *Siafi*, podendo ocorrer a exclusão de unidades gestoras.
- e) *situação* é o indicador que determina o que será pago quando ocorrer a liquidação, realização ou cancelamento do documento hábil.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

25-Tendo por base a tabela de eventos contábeis utilizada atualmente no governo federal, assinale a opção falsa a respeito de seus conceitos, estrutura e fundamentos lógicos.

- a) A previsão da receita se faz mediante o uso de eventos da classe 10 no documento Nota de Lançamento.
- b) Documentos tais como Ordem Bancária – OB e Nota de Lançamento – NL são flexíveis quanto ao uso de eventos, podendo receber os das classes 50, 60, 70 e 80.
- c) Alguns eventos exigem a utilização de outros eventos como contrapartida para completar o rol de lançamento com partidas dobradas.
- d) Eventos da classe 54 são destinados exclusivamente ao registro de transações relacionadas com os restos a pagar.
- e) Eventos da classe 40 são destinados à emissão de empenhos e pré-empenhos, não podendo ser utilizados em outro tipo de documento.

26-Tomando como base o balanço financeiro adotado atualmente no âmbito federal, assinale a opção verdadeira a respeito do seu conteúdo e estrutura.

- a) Os ingressos do balanço financeiro são representados pela movimentação das contas de receita orçamentária pelos seus valores brutos.
- b) O resultado financeiro do ente apura-se pelo confronto entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária.
- c) É opcional a inclusão de saldos das contas do ativo financeiro se ela for feita com as contas de passivo financeiro.
- d) As disponibilidades sob o enfoque do balanço financeiro recebem um débito quando ocorre um dispêndio e um crédito quando ocorre um ingresso.
- e) A demonstração da inscrição de restos a pagar inscritos no exercício como integrante dos ingressos é uma exigência legal, embora não constitua um movimento financeiro.

27-De acordo com art. 105 da Lei n. 4.320/1964, o balanço patrimonial tem como uma das suas rubricas o passivo permanente, que é integrada pela dívida fundada e outros compromissos. Dentro desse contexto, assinale a opção cujo conteúdo seja a correta definição de dívida fundada.

- a) São os compromissos lastreados em títulos da dívida pública interna com exigibilidade no exercício seguinte ao da demonstração contábil.
- b) São os compromissos contraídos para atender ao desequilíbrio orçamentário ou financeiro, cuja exigibilidade seja superior a doze meses.
- c) Corresponde às dívidas contraídas para resgate no próprio exercício ou em exercícios seguintes e que ainda não possuem autorização de pagamento.
- d) São os débitos decorrentes de empréstimos contraídos em razão de insuficiência no fluxo de caixa que, embora possuam autorização de pagamento, vencem em exercícios posteriores.
- e) São todos os débitos cuja liquidação já tenha ocorrido e seguem pendentes de pagamentos por mais de um exercício.

28-Segundo o art. 102 da Lei n. 4.320/1964, o balanço orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Diante disso, assinale a opção verdadeira.

- a) A ocorrência em um determinado exercício de superávits de capital e corrente simultâneos implica necessariamente em superávit financeiro no balanço patrimonial.
- b) O resultado apurado no balanço orçamentário se confunde com o resultado financeiro apurado no balanço financeiro para um determinado exercício.
- c) No balanço orçamentário atualmente utilizado na esfera federal, quando obtido por órgão ou unidade gestora, também são demonstradas as movimentações de créditos.
- d) A verificação de déficit de capital simultaneamente com déficit corrente indica a ocorrência de capitalização no ente público.
- e) A ocorrência de insuficiência na arrecadação das receitas de capital leva à ocorrência de déficit no orçamento corrente.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

29- Sendo a Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP destinada a evidenciar as alterações ocorridas no patrimônio e indicar o resultado patrimonial, assinale a opção verdadeira a respeito dessa demonstração contábil.

- O resultado patrimonial apurado na DVP equivale à soma dos resultados apurados no balanço orçamentário e no balanço financeiro.
- A rubrica *interferência ativa* demonstra os valores recebidos mediante empréstimos de outros entes da mesma esfera de governo.
- Os acréscimos de origem extraorçamentária somente são levados à DVP se afetarem de forma definitiva o patrimônio do ente.
- As alterações qualitativas ocorridas no patrimônio do ente são evidenciadas na DVP por intermédio das mutações ativas e passivas.
- A ordem de apresentação das rubricas na DVP está relacionada ao grau de realização ou de exigibilidade, sendo que ocorre do menor para o maior.

30- Tendo em vista que os sistemas de informações têm como objetivo coletar, recuperar, processar, armazenar e distribuir informações para a tomada de decisão; e sabendo que a NBC T 16.11 define o *Sistema de Informações de Custos do Setor Público* – SICSP e que a Portaria STN 157/2011 instituiu esse sistema no âmbito federal, assinale a opção falsa a respeito da apuração de custos no setor público.

- O uso do sistema, bem como a apuração de custos, é de uso opcional, devendo ocorrer por adesão formal junto ao órgão central de contabilidade.
- O sistema de custos visa evidenciar os custos de programas de governo e de unidades integrantes da administração pública federal.
- A tomada de decisão a respeito da aquisição ou aluguel de um bem deve ser apoiada em análise do sistema de custos.
- A evidenciação de objetos de custos pode ser realizada sob várias óticas, tais como: funcional, programática e institucional.
- A apuração e o controle dos custos no setor público decorrem de norma infraconstitucional.

31- Sabendo que os atos e fatos de natureza orçamentária são objeto da contabilidade por força do art. 90 da Lei n. 4.320/1964, assinale a opção que indica o lançamento contábil essencial para registrar a previsão inicial da receita, observando o sistema de contas indicado: P – Patrimonial, O – Orçamentário, F – Financeiro, C – Compensado.

a)	D – Receita a Realizar (F)	C – Previsão Inicial da Receita (F)
b)	D – Receita Prevista (O)	C – Receita Realizada (F)
c)	D – Receita Inicial (O)	C – Receita a Realizar (O)
d)	D – Receita Realizada (F)	C – Previsão Inicial da Receita (F)
e)	D – Previsão Inicial da Receita (O)	C – Receita a Realizar (O)

32- Sendo a fixação da despesa objeto da contabilidade aplicada ao setor público, assinale a opção que indica, em termos de débito e crédito, um dos lançamentos essenciais ao reconhecimento da fixação da despesa pública.

- D – Dotação LOA (O) C – Crédito Original (C)
- D – Crédito Inicial (O) C – Crédito Disponível (O)
- D – Fixação da Despesa (O) C – Despesa Fixada (C)
- D – Crédito Autorizado (O) C – Crédito Inicial (O)
- D – Dotação Inicial (O) C – Crédito LOA (C)

33- A respeito da movimentação de créditos entre as unidades administrativas e sua repercussão na contabilidade, é correto afirmar, exceto:

- no âmbito federal, o registro da movimentação de créditos é feito pelo resumo das operações realizadas ao final de cada mês.
- o registro das operações ocorre tanto na unidade transferidora quanto na recebedora dos créditos.
- o sistema de contas destinado ao registro das operações de movimentação de créditos é o orçamentário.
- as operações podem ocorrer entre unidades administrativas de um mesmo órgão ou de órgãos diferentes.
- o documento utilizado para tais movimentações é a nota de movimentação de créditos e são utilizados eventos da classe 30.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

- 34- Assinale a opção verdadeira a respeito da contabilização da emissão da nota de empenho de que trata o art. 58 da Lei n. 4.320/1964.
- a) Na emissão da nota de empenho, o crédito orçamentário correspondente é bloqueado até que o pagamento seja realizado.
 - b) A emissão da nota de empenho provoca lançamentos contábeis simultaneamente em contas do sistema financeiro e do sistema orçamentário.
 - c) Valores empenhados para a inscrição de créditos em restos a pagar transitam diretamente pelas contas de variações ativas e passivas.
 - d) Ocorre um lançamento contábil que reduz a disponibilidade de crédito, tornando-o apto para a liquidação da despesa.
 - e) O valor empenhado é lançado, via registro contábil, em contas do passivo em contrapartida a uma conta de despesa.
- 35- Assinale a opção correta a respeito da inscrição de restos a pagar processados e o seu reflexo na contabilidade orçamentária do ente público.
- a) A inscrição, tanto quanto o seu cancelamento, provocam a redução dos créditos disponíveis nos valores inscritos.
 - b) Ocorre a baixa em créditos empenhados a liquidar e acréscimo no crédito empenhado liquidado.
 - c) A inscrição de restos a pagar processados não afeta a contabilidade orçamentária por se tratar de despesa já liquidada.
 - d) Os valores inscritos são baixados da conta de créditos liquidados e lançados na conta de restos a pagar.
 - e) A inscrição de restos a pagar, qualquer que seja ele, não afeta a contabilidade orçamentária no exercício da inscrição, em razão dos ditames da Lei n. 4.320/1964.
- 36- Assinale a opção falsa a respeito da contabilização da concessão de suprimento de fundos de que trata o art. 68 da Lei n. 4.320/64.
- a) Na concessão do suprimento de fundos, o reconhecimento da despesa orçamentária ocorre antes da aplicação efetiva dos recursos.
 - b) Na realização da despesa com material para consumo imediato, mediante suprimento de fundos, não ocorre o registro da entrada e da saída do material no almoxarifado.
 - c) A devolução de saldos não aplicados dentro do exercício em que foi concedido o suprimento implica em anulação de despesa orçamentária.
 - d) No ato de registro da concessão, deve ser registrada no passivo compensado a obrigação do suprido prestar contas.
 - e) Deve haver controle para que não ocorra a concessão de mais de dois suprimentos de fundos a um mesmo servidor.
- 37- A respeito do Plano de Contas do Governo Federal e do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, é correto afirmar, exceto:
- a) em ambos os planos, as contas são agrupadas em sistemas de contas.
 - b) as contas denominadas precipuamente de controle são as dos sistemas orçamentário e de compensação.
 - c) no sistema de compensação são registrados os atos potenciais tais como avais e fianças.
 - d) no levantamento do balanço patrimonial, lança-se mão de saldos das contas dos sistemas financeiro e patrimonial.
 - e) em casos excepcionais é possível que o lançamento seja feito a débito no sistema patrimonial e a crédito no sistema financeiro e vice-versa.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

- 38- Assinale a opção falsa a respeito do registro que a contabilidade faz dos atos praticados na gestão dos recursos materiais (bens móveis e material de consumo) do ente público.
- a) Bens produzidos com recursos materiais cuja aquisição tenha transitado pelo orçamento do próprio ente não são registrados no patrimônio.
 - b) Os bens recebidos por doação são registrados mediante lançamento extraorçamentário e constituem receitas do ponto de vista patrimonial.
 - c) As baixas pelo consumo de material do almoxarifado constituem despesa efetiva e têm caráter extraorçamentário.
 - d) A obsolescência de bens móveis caracterizados como de uso permanente ensejam lançamentos que modificam a situação patrimonial líquida.
 - e) O registro da entrada no patrimônio dos bens duráveis adquiridos pelo próprio ente se dá no ato de liquidação da despesa.
- 39- Com base nos procedimentos estabelecidos pelo Órgão Central de Contabilidade do Governo Federal e na NBC T 16.9 – *Depreciação, Amortização e Exaustão* aprovada pela Resolução 1.136/2008 do Conselho Federal de Contabilidade, assinale a opção falsa sobre as regras a serem seguidas no registro contábil da depreciação dos bens públicos.
- a) Antes de iniciar a depreciação, o administrador público deve certificar-se que o valor monetário do bem registrado na contabilidade seja coerente com o seu valor econômico.
 - b) O registro da depreciação deve ser realizado mensalmente e sua omissão enseja o registro de desconformidade contábil para o ente.
 - c) O valor líquido contábil se refere ao valor do bem pelo valor que foi adquirido, deduzidos os custos de instalação e suporte ao seu funcionamento.
 - d) A parcela da depreciação deve ser reconhecida no resultado contábil do ente como decréscimo patrimonial.
 - e) Os bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos não estão sujeitos à depreciação.
- 40- A respeito da constituição, reversão e baixa das provisões relacionadas ao patrimônio do ente público, é correto afirmar, exceto:
- a) a existência de itens no estoque com valor superior ao de mercado enseja a constituição de provisão para redução ao valor de mercado.
 - b) a conta contábil destinada a evidenciar o montante da provisão constituída para perdas no estoque é uma conta de ativo e de natureza credora.
 - c) a constituição de provisões para ajustes do patrimônio do ente público atende aos princípios contábeis da competência, oportunidade e prudência.
 - d) a baixa da provisão, quando verificada a perda para a qual foi constituída, não altera a situação patrimonial líquida do ente.
 - e) a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa proporciona uma receita efetiva de caráter orçamentário.
- 41- A respeito da amortização de benfeitorias realizada pelos entes públicos federais em imóveis de propriedade de terceiros, é correto afirmar:
- a) a amortização deve ser feita de uma só vez, ao final do exercício em que for concluída a benfeitoria.
 - b) a amortização inicia-se quando a benfeitoria estiver concluída e deve levar em conta o tempo restante do contrato.
 - c) a amortização deve ser realizada a partir da sua conclusão e o seu montante não pode ultrapassar o valor total do contrato de aluguel, quando for o caso.
 - d) findo o contrato sem que tenha sido amortizada toda a benfeitoria, o administrador público deverá registrar o saldo como crédito a ser exigido do dono da propriedade ou de seu representante.
 - e) os valores das parcelas devem ser levados diretamente ao patrimônio líquido do ente, em contrapartida com a conta de amortização acumulada do permanente.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

- 42- Segundo regulamentação expedida pelo Tribunal de Contas da União – TCU, a respeito de tomadas e prestações de contas no âmbito federal, o *Relatório de Gestão* é definido como:
- a) relatório apresentado anualmente por todos os gestores e responsáveis pela aplicação e gestão de recursos públicos, contendo informações pormenorizadas a respeito dos resultados alcançados no exercício.
 - b) documento de natureza administrativa em que o responsável pela execução das políticas públicas apresenta o resultado da sua gestão, mediante o envio de demonstrações de natureza contábil, orçamentária e financeira.
 - c) relatório de natureza contábil, orçamentária, financeira e patrimonial apresentado ao TCU anualmente ou quando solicitado pelos dirigentes máximos das entidades da administração pública.
 - d) documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial organizado para permitir visão sistêmica da conformidade e da gestão.
 - e) documento elaborado pelo órgão de controle interno de cada poder, contendo a descrição pormenorizada dos atos de gestão das unidades submetidas ao controle do TCU.
- 43- Os processos de prestação de contas dos administradores públicos a serem apresentados ao Tribunal de Contas da União – TCU têm como finalidade:
- a) avaliar e julgar o desempenho e a conformidade da gestão, mediante processo de trabalho de controle externo.
 - b) proporcionar ao órgão de controle interno e ao TCU a avaliação e o julgamento do desempenho dos atos de gestão.
 - c) proporcionar a ação do administrador público e do Tribunal de Contas da União no controle da gestão pública, mediante análise de documentos e procedimentos.
 - d) permitir ao TCU conhecer, avaliar e julgar os atos praticados pelos dirigentes máximos dos órgãos sob seu controle.
 - e) instituir na administração pública processo de trabalho para avaliar os atos de gestão de todos aqueles que aplicam e gerem recursos públicos federais.
- 44- Assinale a opção que indica conjunto de informações não obrigatórias no *Rol de Responsáveis*.
- a) Nome, número do CPF e Identificação da natureza de responsabilidade e dos cargos exercidos.
 - b) Endereço de correio eletrônico.
 - c) Endereço comercial completo.
 - d) Endereço residencial completo.
 - e) Identificação dos atos formais de nomeação, designação ou exoneração.
- 45- Os auditores contábeis utilizados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi têm como finalidade:
- a) determinar, de forma automatizada e em tempo real, as inconsistências das contas do ativo e do passivo que impeçam o levantamento dos balanços.
 - b) auxiliar na identificação de situações críticas, erros frequentes e na verificação de inconsistência de forma automatizada.
 - c) indicar para o analista contábil os principais erros cometidos na escrituração contábil realizada por meio de lançamentos manuais.
 - d) indicar valores registrados a maior ou a menor em relação aos seus documentos originais, proporcionando condições para a sua correção.
 - e) auxiliar os órgãos central e setorial de contabilidade na identificação de operadores e usuários que executaram transações com indícios de fraude.

46-A respeito das *Equações Contábeis* integrantes dos *auditores contábeis* do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, é correto afirmar:

- a) são cálculos destinados a identificar possíveis erros na execução do orçamento que impactam a contabilidade orçamentária.
- b) são rotinas de cálculo destinadas a identificar procedimentos ou atos ilegais registrados pelas unidades gestoras e/ou setoriais contábeis.
- c) proporcionam a execução de cálculo para a constituição de índices para análise de balanços das entidades e os indicadores de gestão.
- d) são equações executadas em tempo real para impedir que lançamentos inconsistentes sejam realizados na contabilidade das unidades gestoras.
- e) são rotinas de cálculo de saldos de contas ou grupo de contas que indicam inconsistências nos balanços antes do fechamento contábil do mês.

47-A respeito dos conceitos, constituição, formas e objetivos dos consórcios públicos de que trata a Lei n. 11.107/2005, é correto afirmar, exceto:

- a) a participação da União na formação dos consórcios públicos está condicionada à participação de todos os Estados em cujos territórios estejam situados os municípios consorciados.
- b) a celebração de protocolo de intenções é condição necessária para a constituição do consórcio público.
- c) para o cumprimento dos seus objetivos, os consórcios públicos podem receber auxílios, subvenções e contribuições.
- d) é vedado autorizar mediante contrato a permissão para que o consórcio público promova a outorga, concessão e permissão de obras ou serviços públicos.
- e) Pode ser constituído na forma de associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.

48-A respeito dos conceitos, aspectos legais e movimentação da Conta Única do Tesouro Nacional, é correto afirmar, exceto:

- a) a aplicação financeira na conta única é uma operação realizada por entidades que possuem autorização em lei para tal fim.
- b) a Guia de Recolhimento do FGTS e Informações da Previdência Social – GFIP é documento hábil para movimentar a conta única.
- c) a conta única é mantida no Banco do Brasil, que é o agente responsável pela sua operacionalização.
- d) a Ordem Bancária – OB, principal documento de movimentação da conta única, pode ser cancelada antes e depois do envio ao banco.
- e) Para que uma unidade gestora possa movimentar a conta única, é necessário que integre o Siafi na modalidade *on line*.

49- Assinale a opção falsa a respeito da *conformidade de gestão*, que é o mecanismo destinado a certificar os atos e fatos relacionados à gestão de uma unidade gestora executora.

- a) Quando não houver a possibilidade de indicar servidor para o registro da conformidade de gestão, sem que este seja responsável pela emissão de documentos, o registro será feito pela setorial contábil.
- b) O prazo regulamentar para o registro da conformidade é de até 3 dias a contar da data do registro da operação, podendo, no entanto, ser registrada até o fechamento do mês.
- c) Em relação aos registros gerados de forma automática, a validação será realizada pela setorial de contabilidade quando ocorrer a conformidade contábil.
- d) Ao se registrar a conformidade de gestão com restrição, deve-se indicar, por meio de código próprio, os fatos inquinados.
- e) A responsabilidade pelo registro da conformidade de gestão cabe a servidor formalmente designado pelo ordenador de despesa e deve constar do rol de responsáveis.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

50- A conformidade contábil é o mecanismo destinado a certificar os registros contábeis gerados pelo Sistema Intergrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi. A respeito desse mecanismo, é correto afirmar, exceto:

- a) a competência para o registro da conformidade contábil é de contabilista com as obrigações em dia no Conselho Regional de Contabilidade e lotado em unidade setorial contábil.
- b) ao final do exercício, verificada a existência de restrições contábeis severas não regularizadas, a setorial contábil deve propor a rejeição das contas anuais da unidade.
- c) mesmo que o órgão ou unidade gestora utilize o Siafi na modalidade parcial, a conformidade deve ser registrada mensalmente pela setorial contábil.
- d) o contabilista e o ordenador de despesas são os responsáveis pela adequação das informações dos balancetes das respectivas unidades.
- e) a base para o registro da conformidade são os princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, o Plano de Contas da União e a Tabela de Eventos.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).



Escola de Administração Fazendária
www.esaf.fazenda.gov.br